

**HABEAS CORPUS Nº 478.096 - GO (2018/0296685-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE : EDSON VIEIRA DA SILVA JUNIOR**  
**ADVOGADO : EDSON VIEIRA DA SILVA JUNIOR - GO042381**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : MICHELE DE PAULA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MICHELE DE PAULA SILVA, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, que denegou a ordem visada no *Writ* n. 5449424.05.2018.8.09.0000.

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a paciente encontra-se segregada desde 5/4/2017, sem que tenha finalizado a instrução processual, o que configuraria excesso de prazo na formação da culpa.

Realça as condições pessoais favoráveis da acusada - residência fixa, primária, sem antecedentes, genitora e única responsável por uma criança de cinco anos -, predados que lhe autorizariam responder ao processo em liberdade, uma vez que não oferece risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Destaca a excepcionalidade da prisão preventiva que, com o advento da Lei n. 12.403/11, somente poderia ser decretada quando as medidas cautelares alternativas se mostrarem insuficientes ou inadequadas, o que não seria a hipótese dos autos.

Ressalta que o tráfico privilegiado não tem natureza hedionda.

Pondera que "*o direito constitucional a liberdade, bem como da dignidade da pessoa humana e integridade física da PACIENTE foi ferido de morte, uma vez que está presa preventivamente, em uma unidade prisional que esta superlotada*" (e-STJ fl. 24).

Aduz que a acusada faz *jus* à prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal e HC coletivo n. 143.641/SP, do Supremo Tribunal Federal.

Assevera que há possibilidade de extensão do benefício concedido à corré Larissa, que teve a prisão preventiva substituída por prisão domiciliar, pois a paciente encontra-se na mesma situação fático-processual, pois ambas possuem filhos menores de 12 anos de idade.

Requer, por tudo isso, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva da paciente ou substituí-la por outras medidas cautelares mais brandas ou por prisão domiciliar, expedindo o competente alvará de soltura.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas às fls. 116-124 (e-STJ).

O Ministério Público opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**É o relatório.**

Inicialmente, quanto ao alegado excesso de prazo para formação da culpa, insta consignar que, consoante informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem ([www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)), em **14/12/2018** foi prolatada sentença, condenando a paciente como incurso nas penas dos arts. 33, *caput*, 35 c.c. art. 40, inciso v, todos da Lei n. 11.343/06; art. 2º da Lei n. 12.850/13; arts. 12 e 16, *caput*, ambos da Lei n. 10.826/03;

art. 180, *caput*; art. 311, *caput*, por quatro vezes; art. 297, por duas vezes; art. 298, parágrafo único, estes últimos c.c. art. 29, todos do Código Penal, em concurso material, circunstância que evidencia a perda do objeto da presente impetração, no ponto, nos termos do entendimento consolidado no enunciado n. 52 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça:

*"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."*

Ademais, não há como se examinar as aventadas teses de ausência dos requisitos da prisão preventiva, possibilidade de concessão de prisão domiciliar, eventuais predados pessoais, substituição da prisão por medidas cautelares alternativas, bem como de extensão dos benefícios concedidos pelo Tribunal de origem à *corré*, pois tais questões não foram debatidas no acórdão objurgado.

Destaca-se que a competência deste Superior Tribunal de Justiça está expressamente prevista no art. 105 e incisos da Constituição Federal, exigindo, para conhecimento da matéria trazida em caso de *habeas corpus*, a existência de ato coator de Tribunal sujeito à sua jurisdição ou de quaisquer das outras autoridades elencadas no inciso I, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, o que não se vislumbra ocorrer na hipótese, pois as alegações deduzidas na inicial *sequer foram alvo de deliberação* pelo Tribunal de origem, a indicar a atuação deste Sodalício em indevida supressão de instância.

A propósito, confira-se:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA 52/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

4. Ademais, constata-se que a instrução criminal já foi encerrada e os autos encontram-se em fase de alegações finais, o que atrai a incidência da Súmula 52 do STJ.

5. A tese relativa à ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva não foi objeto de julgamento pelo Tribunal de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 406.228/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017)

Ante o exposto, **não se conhece habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator

